

**MEMÓRIAS DOS APOSENTADOS**  
**LUIZ SAVÉRIO PLASTINO**  
**PROCURADOR DE JUSTIÇA APOSENTADO**

**APMP: Porque escolheu ser promotor de Justiça?**

Por vocação, e, principalmente, por influência do eminente Mestre de Direito da Penal, DR.ANTONIO DE QUEIROZ FILHO, da Faculdade Paulista de Direito (PUC-SP) então Procurador de Justiça, orador brilhante e magnifico Professor, que, apesar de haver falecido com idade não avançada, deixou a marca de seu nome no Ministério Público de São Paulo e do Brasil. Terminei o meu curso de Direito em 1.955 e passei a advogar até 1.964, quando eclodiu a revolução militar. Nunca fui político e sempre tive minha consciência livre e tranquila nos momentos de votar. Hoje, com 84 anos, não advogo mais, porém, minha memória está como antes e não perdi a disposição para ler e escrever.

**APMP: Como foi o concurso?**

O concurso, como sempre, muito difícil. A prova escrita foi em janeiro de 1.964 e a oral e psicológica em abril do mesmo ano. A mesa examinadora era composta pelos Procuradores de Justiça Jorge Ribeiro Leite, Gilberto Quintanilha Ribeiro, Ronoel Carneiro e o Procurador Geral de Justiças era o Dr.Mário de Moura e Albuquerque..Minha nomeação, como Promotor Substituto, se deu em 9 de maio. Minha Sede foi á comarca de Assis. Primeira entrância Paulo de Faria, segunda Novo Horizonte, terceira Bebedouro, onde fiquei até janeiro de 1971. Em favereiro daquele ano fui convocado para a quarta vara criminal da Capital, e, no ano seguinte, promovido ao cargo de quarto Promotor de Justiça da Capital.

### **APMP: Como foi a primeira experiência como substituto?**

Assim que tomei posse, o Dr. Mario de Moura e Albuquerque me disse: "vou jogá-lo na fogueira, você vai fazer um júri, sua primeira atuação, em Paulo de Faria" (para onde voltei, posteriormente, como titular de primeira entrância). Realmente foi uma fogueira, porque o advogado de defesa, bom orador e enfrentando um Promotor noviço, passou a ofender à minha pessoa e à própria Instituição. Lembrei-me do que dizia o Mestre, Dr. ANTONIO DE QUEIROZ FILHO, "quando atacado no Júri não reaja de imediato, espere o momento certo e "dê o bote". Em dado momento, que entendi certo para o revide, disse em voz alta "O SENHOR É UM PINGUÇO, ENQUANTO FAÇO A ACUSAÇÃO O SENHOR VAI AO BAR PRÓXIMO ENCHER A CARA DE PINGA E VEM ME ATACAR". E era verdade, havia um bar próximo ao prédio (precário) do Fórum. Foi o suficiente para antipatizá-lo com a plateia e com os jurados. Resultado: condenação a 12 anos de reclusão, repetindo a condenação do Júri anterior.

### **APMP: Como foi a experiência na comarca e relate as outras (acumuladas também).**

A experiência foi aquela, como relatei acima. Em Bebedouro, onde estive de setembro de 1.967 até janeiro de 1971, quando lá cheguei a opinião pública a respeito da atuação dos Promotores, no que se referia à legislação trabalhista, não era das melhores. Porém, com o tempo e as devidas cautelas reverti a situação. Reconciliei inúmeros casais, não só naquela comarca como também em outras, onde estive anteriormente, na qualidade de curador de casamentos. Aconselhei e orientei vários menores, cujas mães me procuravam dizendo que o filho estava se viciando em maconha ou se deixando influenciar por prostitutas. Chamava as "donas de casas" e dizia: "vocês têm telhado de vidro, colaborem comigo e nada farei com vocês, não quero saber de prostitutas influenciado menores". Os delegados de polícia, quase todos, inimigos velados dos Promotores.. Alguns deles queiram ter poder de ação que não lhes

competia, superior, o qual nunca permiti. Tive, por isto, atritos com alguns deles. Naquela época, inexistiam Juntas Trabalhistas nas comarcas do interior. Somente em São Paulo, Santos e Campinas. A competência para julgamento das ações trabalhistas era do Juiz de Direito e as atribuições para propor ações e fazer acordos, extrajudiciais, eram do Promotor.

**APMP: Quais eram as dificuldades para se trabalhar na época (telefone, transporte, situação dos fóruns...)**

O sistema telefônico era simplesmente precário. Para se comunicar com outro telefone, da mesma cidade, era preciso, solicitar auxílio à telefonista e esta fazia as ligações. Interurbanos, por demais demorados, especialmente para a Capital. Os fóruns eram por demais simples. Casarões ou antigos hotéis eram adaptados aos fóruns. Em Bebedouro o Fórum era estilo padrão, construído em várias comarcas pelo então governador do Estado, Carvalho Pinto (também meu professor na PUC, de finanças.).

APMP: Como foram as passagens para as entrâncias?

Todas por merecimento.

**APMP: quais eram o procurador geral e o corregedor geral da época?**

Quando ingressei, o Procurador Geral era o DR.; MARIO DE MOURA E ALBUQUERQUE. Posteriormente, RONOEL CARNEIRO, GILBERTO QUINTANILHA RIBEIRO, JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA PERES, OSCAR XAVIER DE FREITAS, JOÃO BENEDITO DE OLIVEIRA MARQUES, e, quando me aposentei, era o DR. PAULO SALVADOR FRONTINI. No ano de 1.974, até 1.976, fui eleito segundo secretário da Associação Paulista do Ministério Público. Elaborava as atas das reuniões. O Presidente era Júlio Francisco dos Reis e compunham a diretoria Júlio Fabrini Mirabeti, Luzia Galvão, Manzano (cujo primeiro nome não me

lembro).

**APMP: Qual era o cenário político na época**

Anos da revolução militar. Como nunca fui político, não tomava conhecimento do que acontecia (de um lado e de outro). Ficava sempre atento às minhas funções, como promotor criminal. Antes de me aposentar, em 1.990, integrei a equipe de habeas corpus perante o Tribunal de Justiça, por onde passaram Marino Falcão, Alberto Marino Júnior, Mafra Carbonieri e outros. Alguns deles chegaram ao Tribunal de Alçada e ao de Justiça, pelo quinto do Ministério Público.

**APMP: Se atuou no tribunal do juri, conte-nos a sua experiência.**

Quando Promotor no interior atuei em vários júris. Na Capital, somente na quarta vara criminal e posteriormente na equipe de habeas-corpus perante o Tribunal de Justiça.

**APMP: O senhor se preparou para a aposentadoria?**

Minha vida, após a aposentadoria, foi tranquila. Dediquei-me à advocacia por alguns anos, mas não nasci para advogado e sim para Promotor.

Um acontecimento preciso relatar, que ocorreu comigo, na quarta vara criminal, em meados da década de 1970. Entrava no Fórum (Palácio da Justiça) pela porta principal, subindo as escadas. A quarta vara criminal estava localizada no segundo salão, à esquerda. Do lado de fora, na segunda janela. Quando vou a São Paulo, raramente, e olho para aquela janela, penso logo que ali passei uma década de minha vida. Em determinado dia, por volta das 13 hs.ingressei, como de costume, pela porta da frente, principal, e caminhando em direção à minha sala, vi determinada

moça sentada no banco, bem em frente à porta. Lembro-me bem que trazia uma peruca preta na cabeça, óculos escuros e uma sacola no colo. Ingressei na sala e, como os serviços de inquirição de testemunhas eram muitos, para me facilitar a compreensão das provas, auxiliava o Juiz nas inquirições. Logo entraram dois presos (bandidos) o Tribunal determinara que, ao sentarem, lhes fossem retiradas as algemas. Comecei a inquirição da testemunha e logo percebi que um dos réus (perigosíssimos por sinal) que estava logo à minha frente, não tirava os olhos da porta e fazia sinais com a cabeça. Desconfiei de alguma coisa e disse aos policiais que estavam por perto, junto à porta: "existe alguma coisa por aí". Não deu outra. Os policiais que vestiam roupas comuns, para não serem descobertos, logo disseram, "já pegamos doutor". Tratava-se justamente da moça que estava sentada no banco junto à porta. No interior de sua bolsa, trazia um revolver 38 carregado, um punhal, bigodes postiços. O plano era este, ela entraria na sala e jogaria em cima da mesa o revolver carregado e o bandido, de posse da arma, talvez me sequestrasse para fugir ou matasse alguém, algum dos soldados que o escoltavam. Ele, no reboiço, conseguiu escapar pela porta mas foi logo dominado pelos policiais e populares. Fui até fora da sala e lhe disse, sente-se no mesmo lugar e vamos terminar a audiência. Logicamente algemado. Posteriormente, na carceragem do Fórum, para onde a moça foi levada, lhe perguntei: "porque você não executou o plano"? Ela simplesmente respondeu: "não tive coragem, doutor" E assim, quando me vem à mente tal acontecimento, me conforto com a ideia de que o Promotor de Justiça, além de jurista, deve ser sempre calculista, não se afobar, e não ter medo de nada. Isto está no decálogo do Promotor de Justiça de Casar Salgado.